

**Ata Nº 01/2017**

-----  
 Aos trinta e um dias do mês de março, pelas vinte e uma horas, na sala Vasco Mexia Santos do Hotel Tryp em Coimbra, reuniram, em segunda convocatória, a Assembleia-Geral (AG) da Federação Portuguesa de Natação (FPN), com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----  
 -----

**Ordem de Trabalhos**

1 – Aprovação da ata da Assembleia-Geral Ordinária, realizada no dia 26 de novembro 2016

2 – Informações à Assembleia-Geral

3 – Discussão e votação do Relatório de Contas e de Atividades do ano de 2016.

4 – Propostas da Direção da FPN à Assembleia-Geral

5 – Diversos

-----  
 Presidiu aos trabalhos o Presidente da Mesa Alberto Mota Borges, coadjuvado pelo Vice-presidente Paulo Lima e pela Secretária Alexandra Jorge.-----  
 -----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respetivas presenças: -----  
 -----

|    | <b>Nome</b>                              | <b>Presente</b> | <b>Ausente</b> |
|----|------------------------------------------|-----------------|----------------|
| 1  | Aldo Matos Costa                         | ✓               |                |
| 2  | Alexandre Agostinho                      | ✓               |                |
| 3  | Alexandre do Carmo da Luz Fernandes      |                 | ✓              |
| 4  | Alexis Manaças Santos                    |                 | ✓              |
| 5  | Ana Paula Santos Canas                   | ✓               |                |
| 6  | Aníbal Fernando Cabral Pires             | ✓               |                |
| 7  | António Pedro Pires                      |                 | ✓              |
| 8  | Arseniy Lavrentyev                       |                 | ✓              |
| 9  | Augusto Mota da Silva                    | ✓               |                |
| 10 | Avelino da Silva                         | ✓               |                |
| 11 | Carlos José Furtado Cruchinho            |                 | ✓              |
| 12 | Edgar Pinto de Oliveira                  | ✓               |                |
| 13 | Elmano José Rosalino Almeida De Freitas  | ✓               |                |
| 14 | Fernando António Moreira Da Costa Xavier | ✓               |                |
| 15 | Jan Gin Quon                             | ✓               |                |
| 16 | João Augusto Serra Alexandre             | ✓               |                |
| 17 | João Carlos Pereira de Matos             | ✓               |                |
| 18 | João Luis da Silva Loureiro              |                 | ✓              |
| 19 | João Paulo Pereira Fernandes             | ✓               |                |

|    |                                              |   |   |
|----|----------------------------------------------|---|---|
| 20 | João Paulo Soares Rodrigues                  | ✓ |   |
| 21 | José Alfredo M. de Carvalho Pinto da Nóbrega | ✓ |   |
| 22 | José Domingos Dias Vaz                       | ✓ |   |
| 23 | Luís Miguel Cameira de Sousa                 | ✓ |   |
| 24 | Luís Vaz                                     | ✓ |   |
| 25 | Manuel da Silva Pereira                      | ✓ |   |
| 26 | Maria Gabriel Barroca                        |   | ✓ |
| 27 | Maria Helena A. Antas de Barros C. do Carmo  | ✓ |   |
| 28 | Maria Isabel Lima Mendes Pinheiro            |   | ✓ |
| 29 | Mário António Rodrigues Correia Pereira      | ✓ |   |
| 30 | Miguel Santos                                | ✓ |   |
| 31 | Paulo Jorge Ribeiro Marques                  | ✓ |   |
| 32 | Pedro André Carneiro Morais                  |   | ✓ |
| 33 | Pedro Filipe Andrade Faia                    | ✓ |   |
| 34 | Pedro Miguel Queiroz Meira Cruz              | ✓ |   |
| 35 | Ricardo Pedro Moura Sousa                    | ✓ |   |
| 36 | Rui Paulo Leitão Borges                      | ✓ |   |
| 37 | Vítor Manuel Alves de Sousa                  |   | ✓ |
| 38 | Vítor Manuel Dias Tomás                      | ✓ |   |
| 39 | Vítor Manuel Rodrigues Mavioso               | ✓ |   |
| 40 | Vítor Raposo                                 | ✓ |   |

Estiveram presentes no início dos trabalhos 24 Delegados, estando no final 30 delegados que procederam às votações do ponto 2,3,4. Ao longo da Assembleia Geral foram chegando alguns delegados que não fizeram parte da votação da última ata (ponto 1), porque chegaram atrasados, ou seja, apesar de assinarem a folha de presenças, chegaram depois da votação.

O Presidente da mesa da Assembleia Geral iniciou a sessão cumprimentando os presentes e dando as boas vindas aos novos delegados da FPN que estão pela primeira vez, pedindo para que esta reunião fosse um espaço construtivo de ideias e onde se cumprissem os atos de direção que lhe compete estatutariamente.

Prosseguiu-se para o ponto 1, aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária (AG) de 26 de novembro de 2016. Contabilizaram-se os delegados que não estiveram na última AG, porque esses 12 delegados não tem direito de voto, para a aprovação desta mesma ata, porque não estavam presentes. O procedimento relativamente ao ponto 1 foi trazido para esta AG, depois de nos fundamentarmos devidamente, e como está omissos nos estatutos da FPN e regulamento geral, através do código do procedimento administrativo, optou-se por introduzir este ponto para esta AG. Enviado a todos a ata, foram discutidos alguns pontos de melhoramento e foi confrontada com a gravação áudio. Após votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto 2 da ordem de trabalhos, outras informações, dando a oportunidade aos senhores delegados, ninguém se pronunciou.

Já no ponto 3, aprovação do relatório e contas referente ao ano 2016, o Presidente da mesa da AG, passou a palavra ao Presidente da Direção da FPN.

Já com o poder da palavra, o Presidente de Direção, iniciou com uma apresentação em vídeo dos melhores momentos de 2016 da FPN. O Presidente de Direção da FPN começou por

passar algumas informações relativas à atividade de 2016 e onde já havia sido entregue o relatório (suporte papel) a todos os delegados no início desta AG. Revelou-se disponível para esclarecimento de qualquer questão. Leu os resultados e o número de participações nacionais e internacionais, em todas as modalidades que a FPN abrange (natação pura, natação sincronizada, polo aquático e natação adaptada), assim como as respetivas atividades. \_\_\_\_\_

Passando ao relatório propriamente dito, alertou para o fato de ser uma síntese da atividade no último quadriênio (2013-2016), e que está totalmente descrita no caderno distribuído no início da AG. No final o Presidente da mesa da AG, deu a palavra aos delegados para poderem discutir o relatório de atividades e contas de 2016. Iniciou-se com o delegado Aníbal Pires que sem colocar em causa o empenho e o apoio da FPN nas diferentes disciplinas, conclui que houve um maior afastamento da FPN ao polo aquático. O mesmo delegado afirma que só houve dois estágios internacionais e quatro provas internacionais. Respondeu o Presidente de Direção da FPN, que em ano olímpico, focaram-se mais na natação pura e natação adaptada. A FPN fica muito feliz em ser a primeira federação que consegue manter a maior integração nas diferentes disciplinas, nomeadamente natação pura e natação adaptada. Salientou os estágios de polo aquático, que atualmente estão a ser realizados semanalmente. Tem acompanhado presencialmente e o feedback dos jogadores tem sido muito positivo, dando condições internas para conseguir estar ao melhor nível internacional, exemplo disso é a FPN fechar recentemente um protocolo com a Federação Andaluza. \_\_\_\_\_

De seguida, o delegado Vítor Mavioso, pediu a palavra e colocou 7 questões: Primeira questão- Quantos nadadores filiados estão inscritos atualmente? Visto que há uma divergência entre o caderno 1 e caderno 2. Pretende saber o número certo. Segunda questão de que maneira contabilizam o numero de atletas, ou seja, de que forma a FPN, contabiliza um nadador de natação pura e de natação master? Como fazem essa contabilização? Terceira questão, tendo em vista uma lista nominal de todos os nadadores de natação pura da época passada, ativos, dá-lhe um total de 821 nadadores (masculinos e femininos). Tendo em conta que 1183 nadadores se inscreveram entre outubro e dezembro de 2016. Perguntou se esse número se confirma. Ao qual o presidente da FPN afirmou que de fato eram esses os números. O delegado Vítor Mavioso afirmou que estava incrédulo e que possivelmente a lista nominal dele estava errada, no entanto talvez um dia passasse pela FPN para rever estes números. A terceira questão colocada pelo mesmo, prendeu-se com o facto de este começar por afirmar que o relatório de atividades e contas de 2016, naturalmente terá de ser um resumo daquilo que foi efetivamente realizado e de acordo com os objetivos específicos propostos. O delegado pergunta qual a taxa de sucesso desses objetivos propostos. O presidente da FPN pede ao presidente da mesa da AG autorização para ir respondendo com receio que depois lhe escapasse alguma resposta. O presidente da mesa da AG, concordou. Posto isto, o presidente de direção da FPN inicia por esclarecer e assumir que podem existir erros entre o caderno 1 e 2. E pediu para caso os delegados se apercebessem desses erros que comunicassem, porque de facto afirmou que ninguém está imune a errar. Notou num erro de digitação e métrica no polo aquático, mas pede a colaboração de todos para ajudarem na sinalização desses mesmos erros (caso existam). O caderno é um caderno dinâmico que pressupõe a alteração de dados, e ninguém está isento de erros. Relativamente à questão dois, de fato o presidente pede auxílio ao João (funcionário da FPN) no sentido de esclarecer esta questão. O mesmo afirmou que conta apenas uma inscrição, ou seja, quem se inscreve em natação pura, não se pode inscrever em natação master, ressalvando que até à pouco tempo era viável. Mas natação master é uma disciplina, natação pura é outra. No que diz respeito à terceira questão, o presidente de direção da FPN afirma que é fácil de compreender, dado que a época master inicia em outubro de 2015 a dezembro 2016, e daí o maior “boom” de inscrições. No entanto, não consegue controlar quem se inscreve e depois não participa. Era o ideal que o número de inscritos, de facto fosse o número de participantes. Teriam outro problema, bom, de organização. Afirma que os objetivos estão mencionados no caderno 1 e devidamente especificados. Crê que está devidamente descrito os objetivos específicos e devidamente monitorizados. O delegado Vítor Mavioso questiona novamente ao presidente da direção da FPN se em dezembro de 2016 estavam inscritos 2004 atletas masters, e o mesmo afirmou de forma inequívoca. Quem garante é também o IPDJ. \_\_\_\_\_

A quinta questão do delegado Vítor Mavioso afirma que fica um pouco surpreso, porque no site da FPN, não estão os eixos, programas e subprogramas. E pretende saber onde pode encontrar isso. A sexta questão passa pelas metas. Pelo seu resultado, só apenas 52% das

metas foram atingidas. Pretende saber se estas metas foram atingidas e se os valores do mesmo estão corretas.

A sexta pergunta, é saber qual o nível de satisfação (visto que não está especificado), e em particular, qual o nível de satisfação da stakeholders população em geral. Qual o nível de satisfação específico para a população em geral.

O Presidente de Direção da FPN, ao responder à quinta questão colocada pelo delegado, afirma que compreende a surpresa do mesmo, mas que é compreensível, dado que este não era delegado no mandato anterior e como tal não tem obrigação de ter conhecimento disso. Quando o presidente fala no programa da ação, representa aquilo a que o presidente se comprometeu a realizar no quadriénio 2013-2016, e com as respetivas metas, que afirma que estão na página 41 (indicadores e metas do plano estratégico de 2016). Quanto à percentagem não fez contas, porque se centrou no grau de execução das medidas do plano de ação realizadas e assim pode afirmar que só 7,75% é que não foram executadas de todos os eixos. Fica contente por existirem metas e conseguir perceber se foram alcançadas ou não, porque pela primeira alguém pode afirmar que 52 ou 53% não foram executados. Porque até aqui não se conseguia chegar a valor nenhum, porque ninguém sabia, Agora consegue-se monitorizar. Visto que o delegado Vítor Mavioso ainda não tinha o fundamento que procurava relativamente ao grau de satisfação que tinha colocada na sua questão, o presidente da mesa da AG, sugeriu passar a outro delegado. No entanto, o delegado Vítor Mavioso, pediu para a 6ª questão e afirma que é muito importante saber qual é a missão de uma instituição, e pretende saber ao nível financeiro, quais os recursos financeiros que a FPN afetou ao ano 2016, às medidas que estão previstas no objetivo estratégico dos projetos de desenvolvimento estratégico. A ultima questão refere-se à incompatibilidade dos mapas nos cadernos 1 e 2. Notando que os mapas não são convergentes e pretende saber onde está a discrepância. Há incompatibilidade entre receitas e despesas. O presidente de direção da FPN, iniciou por responder à ultima questão, afirmando que a exigência da criação do caderno 1 foi uma ideia dos delegados do quadriénio 2013-2016. Eles exigiram a criação desse caderno. E aquando a criação desse caderno, os delegados exigiram que estivesse numa linguagem acessível aos comuns dos mortais. Afirma que não tem formação em economia, nem em gestão, não dominando a contabilidade patrimonial nem orçamental, mas por isso existem pessoas que tratam dessas rubricas. Uma coisa é certa, agora pode afirmar que podemos saber quanto é que a nataçã sincronizada gasta num ano, o polo aquático e a nataçã pura, porque a informação estava troncada no caderno 2. Temos as auditorias feitas pelo IPDJ ao caderno 2, assim como o conselho fiscal e o ROC que aprovam ou não estas questões. Não havendo nada de diferente. Todos eles têm acesso às contas gerais que estão todas descritas no caderno 2. Relativamente à sexta questão, os recursos financeiros foram gastos nas atividades que decorrem nos subprogramas de cada programa estratégico, traçados para 2014-2024 concretização dos objetivos do plano estratégico. A FPN não tem outros gastos para além dos projetos que estão definidos. O programa “Portugal a Nadar”, está a ter agora o retorno do seu investimento perante os recursos gastos. O presidente da mesa da AG questionou o delegado Vítor Mavioso se estava esclarecido e o mesmo confirmou.

De seguida, tomou a palavra, Helena Barros do Carmo, como delegada dos clubes de Lisboa, iniciou fazendo uma referencia à falta de rigor do relatório, que percebeu que tinham sido realizados pelos diferentes diretores técnicos nacionais, acreditando que não houve uma revisão cuidada desse relatório. Apercebeu-se de alguns erros, nomeadamente não está correta a classificação da 2ª divisão masculina de polo aquático (havendo uma discordância inclusive com o que está publicado no site da FPN, em 14-06), assim como o mapa de masters apresentado na página 61. Identificou que há algumas “gralhas”, não erros, mas que levaram a não existir uma revisão cuidada do relatório. Tem objetivos e conteúdos, incorretos nomeadamente na zona da arbitragem que considera a mais gritante, na zona do conselho de arbitragem. Afirma que teve o cuidado, de forma a avaliar melhor este relatório, em ver o que estava no plano de atividades de 2016, para ter alguma linha orientadora e foi ver o que estava previsto em novembro de 2015, para ter noção do que foi efetivamente feito. Concluiu que à discrepância, visto que à informação que depois não se reflete em 2016 (nomeadamente no centro de estágio na Murtoza). Há informação que consegue identificar em 2015, mas que depois se perde em 2016, existia e deixou de existir. Gostava de perceber, se existe uma referência em 2015, um conjunto de ações que depois não se veem refletidas em 2016, nomeadamente estava previsto um estágio de polo aquático, em Madrid que não se realizou,

mas depois realizaram-se outros. Considera que este relatório não reflete uma boa análise de resultados, considerando que nas diferentes disciplinas, parece-lhe pouco aprofundado. Ilustrando pouco o que é que foi realizado, se houve ou não progressão por exemplo. Ao fazer análise, e do que tem vindo a ouvir aqui, acredita que há falta de sincronia entre o numero de praticantes de polo aquático. Aqui foi dito que houve uma diminuição e depois o conselho de arbitragem assume que houve um incremento e um aumento na modalidade (havendo uma incoerência). O presidente de direção da FPN, pediu à delegada Helena Carmo para fazer o favor de lhe chegar estes dados para haver a respetiva correção. A delegada responde que não está na posse dos dados todos, mas estes que enviará. O presidente assume que existem erros, relativamente à redação do documento. O presidente afirma que só em 2013 é que se consegue fazer uma análise comparativa dos diferentes anos. Foi explicado o porque do centro da Murtoisa não vir identificado, pelo motivo que deixou de existir enquanto centro de treino. Relativamente ao CNA deu-lhe razão, porque a FPN não tem influencia nenhuma na apresentação das contas. Respeita a idoneidade e política de cada Conselho. Conforme chega o relatório e contas, é assim que é publicado. Como o conselho de disciplina e de justiça quando nos enviam o numero de acordos. Isto é prática comum em todas as federações. \_\_\_\_\_ A delegada Helena Carmo coloca a primeira questão: se a FPN já tem alguma estratégia para o fato de existir um decréscimo no número de filiados, para reduzir esta tendência. A segunda questão prende-se com as ações de formação, que em 4 efetivamente realizadas, aparecem 15 pessoas, e gostaria que fossem reavaliados as causas e os agendamentos. Sugere fazer como se faz na nataçã pura, em que juntam a formação num fim-de-semana de campeonato. Relativamente à “Comunicação” (sendo uma pergunta de um clube), pretende saber a cabo de quem é a responsabilidade a comunicação. Se é interna ou externa, o porquê dos constantes atrasos para a informação ser disponibilizada e a desatualização das noticias no site (polo aquático tem noticias do ano passado). A terceira questão é relativa à rubrica “subsídios a pagar às associações regionais” (página 111), se estão incluídos os valores em dívida de deslocação (subsídios de deslocação) dos clubes de polo aquático entre outubro e dezembro 2016. Ou estão em dívida ou deveriam estar pagos nesta conta. Colocou a quarta questão, no que diz respeito à rubrica os “Outros Credores”, em relação aos prémios e bolsas pretende saber como é feita a contabilização dos incentivos pagos aos treinadores e atletas, de acordo com o PAR. Quinta questão: relativamente à nataçã adaptada, o campeonato europeu, gostava de saber o balanço financeiro deste evento. Já pediu para ter acesso às contas, mas só dia 4 de abril terá acesso às contas. Sexta questão: rubrica das “Remunerações com o pessoal”, sofrendo um aumento de 37% e que no relatório, estes elementos foram contratados apenas para o campeonato europeu, pretende saber se ficaram de forma permanente na FPN, ou se foi pontual para aquele evento. Sétima questão: um esclarecimento relativamente ao que é que engloba as “quotizações”, porque há uma diferença muito significativa. E para terminar, a oitava questão, verifica que há uma redução dos apoios concedidos aos clubes de 62.000 mil para 46.000 mil e pretende saber o porquê. \_\_\_\_\_

O presidente de direção responde à primeira questão afirmando que só há redução de praticantes no polo aquático e na nataçã sincronizada. Nos masters há um aumento brutal, na nataçã pura e adaptada mantém-se, a redução na sincronizada e polo, infelizmente já vem de 2011. Águas abertas há uma diminuição, porque antigamente todos se inscreviam nas águas abertas, e atualmente só se inscrevem quem efetivamente vai nadar. Nada que o deixe feliz, mas é uma realidade. No que diz respeito à segunda questão, o presidente afirma que a sugestão de juntar as formações a um campeonato é muito bem-vinda, no entanto já foram realizadas ações de formação sem competições de polo aquático e apareceram muito poucas pessoas, como por exemplo a convenção. No que diz respeito à Comunicação, foi assegurado por uma assessoria de imprensa pelo Cipriano Lucas, dado que o antigo assessor Joaquim Sousa abraçou um novo projeto (Chlorus). A comunicação é interna. A ideia no futuro é que haja sempre informação atualizada fornecida pelos diretores técnicos nacionais sobre a tutela do assessor de imprensa. Nomeadamente o polo aquático. Relativamente à questão ao aumento dos encargos com o pessoal, os recursos fixos e permanentes mantêm-se inalteráveis. Este facto tem que ver com os técnicos contratados pelo IEFP, mas que por outro lado tem a receita que decorre tal como foi dito aqui pelo IEFP e as outras contratações realizadas no âmbito do Campeonato europeu de nataçã adaptada. Foi através de um esforço da FPN, e muito bem, e exigência do presidente da mesa da AG, que se entregou quinze dias antes, o relatório de contas e atividades que iriam ser apresentadas em AG. Quando a

delegada Helena Carmo pede para consultar a rubrica correspondente ao campeonato europeu de natação adaptada que decorreu no Funchal, e lhe é dada a informação que só poderá consultar na sede da FPN, é verdade que pode, no entanto, está a decorrer o campeonato nacional e o pessoal alocado aos campeonatos não está disponível para dar o devido acompanhamento aquando a consulta das contas. O pessoal que é responsável Marta Bastos e João Campos, as pessoas indicadas para fazer este acompanhamento estavam adstritos ao campeonato nacional. Esta data foi por causa disso, não foi nenhum desrespeito. Outra resposta, foi O campeonato europeu de natação adaptada no Funchal foi um êxito, e fez questão de reforçar que a FPN, no passado, no presente e no futuro, não sobrevive só com contratos programa, com o CPP, IPDJ e Comité. A natação necessita como de pão para a boca, de eventos para criar receita. Um agradecimento especial ao IPDJ pelo contrato programa, ao Governo Regional da Madeira, à Câmara Municipal do Funchal, à Associação de Natação da Madeira e aos cerca de 600 atletas adaptados. O pessoal contratado para este evento foram tarefeiros, assim como a fase de qualificação de águas abertas para os JO, em Setúbal.

Em relação aos subsídios em dívida, informou que na rubrica “associações”, tem que ver com as associações, 30% do valor do IPD, acrescido da organização dos meetings a 4 associação (Porto, Académica de Coimbra, Lisboa e Algarve), e apoios pontuais que no caso de 2015 foram mais, mas que em 2016 foi o apoio à aquisição da cronometragem eletrónica a algumas associações. No que diz respeito ao polo aquático, verifica-se que a FPN, por incúria da própria FPN, não reclamou atempadamente, mas está a fazê-lo agora, os proventos decorrentes das taxas de filiação, inscrição e arbitragem do polo aquático, que no ano de 2016, equivalia a um montante de cerca de 40 mil euros. Portanto, entre os subsídios a pagar a clubes de polo aquático e os débitos de clubes referentes à FPN, o ratio é favorável à FPN.

Em relação às bolsas e incentivos, o que está definido é que são apoios à preparação dos atletas e treinadores, cada nadador e treinador recebe duos decimalmente, sendo fechadas as contas no final do ciclo olímpico. Todas as bolsas, sem exceção, todas, o ajustamento foi paga em outubro de 2016. O presidente de direção afirma que é preciso ler o que está nas grelhas de bolsas e incentivos. Esta é a realidade factual, estamos disponíveis para ouvir, mas estes são os critérios.

Quanto à quotização referem-se às taxas de inscrição.

O delegado João Paulo Fernandes, tomou a palavra, parabenizando o Presidente de Direção, mais especificamente no “Portugal a Nadar”, que foi um dos objetivos alcançados. Reforçou os parabéns quanto à gestão das contas, que não estão no “vermelho”, no período de atividade. O presidente de direção agradeceu. O delegado Manuel Pereira, lembrou que as associações pagam a aparelhagem eletrónica, à FPN. O presidente de direção esclarece que de fato é assim. O delegado Miguel Santos, representante da Associação de Natação de Lisboa, lembrou a questão da delegada Helena Carmo, no sentido de saber se a FPN tem alguma estratégia, medidas previstas para combater a redução dos praticantes principalmente nomeadamente no polo aquático. Apesar do CNA ser um órgão autónomo, fazem “parte da casa” e como tal crê que nos devem algumas explicações, nomeadamente nos regulamentos de arbitragem, eles impossibilitam, ou melhor, estão a estagnar de certa forma, o desenvolvimento da modalidade. O polo aquático em Lisboa, acredita que progrediu nos últimos anos felizmente, mas está com dificuldades em progredir mais. Encontra-se com sérias dificuldades, isto devido, ao quadro de árbitros que é escasso, rotativo, desaparece e há muita falta de formação de árbitros, porque estão diretamente dependentes ao CNA. Apesar de não ser uma competência direta da Direção, é uma preocupação de todos. Pretende saber se a Direção tem alguma iniciativa em vista de mostrar esta evidência. Sugere uma alteração, que principalmente no polo aquático, apoiar na formação e deixa o repto, para serem as associações territoriais a terem autonomia para dar a devida formação. Senão seria preferível, com um quadro de formadores da FPN, mas se não é melhor a FPN, formar árbitros. Pretende saber se a FPN, está sensível a esta questão. O presidente de direção respondeu à questão no que diz respeito a tentar conter no programa, uma coisa é impossível de conter, que é a nossa variação demográfica. Temos menos crianças, menos filiados no desporto, menos alunos na escola e menos alunos na faculdade. Temos que tentar reter, os que já lá estão e captar mais. A FPN não vai poder operar sozinha, sem associações. Todos têm de estar em convergência. Para bem da natação, do polo aquático e da sincronizada, se tivermos de alterar os estatutos

altera-se, visto que é uma decisão não da Direção da FPN, mas sim da mesa da AG, ou seja de todos (isto para responder já à segunda questão colocada pelo delegado Miguel Santos).

Não havendo mais inscrições, o Presidente da mesa da AG passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal (estando presentes os três membros) e apesar de já enviado a todos os delegados o respetivo parecer. O presidente do conselho fiscal, diz que está de acordo com o relatório. Passou-se a palavra ao ROC (Revisor Oficial de Contas), Dr. João, e certifica que está tudo de acordo com a lei e os regulamentos, dando um parecer positivo, colocando-se à disposição de qualquer delegado que tenha alguma dúvida. O presidente da mesa da AG, passou à votação do relatório de atividades e contas de 2016, três votos contra dos delegados Vítor Mavioso, Maria Helena Carmo (que verbalizou que tinha por escrito a sua intenção de voto) e Rui Borges, uma abstenção do delegado Miguel Santos e todos os restantes 26 delegados a favor.

O relatório de atividades e contas de 2016 foi aprovado por maioria.

Passou-se de seguida à votação da proposta feita pela Direção da FPN, quanto à atribuição das medalhas honoríficas, de mérito e de agradecimento. Segundo os estatutos e legalmente, terão de ser através de voto secreto, pelos delegados preenchendo o boletim de voto e colocado numa urna que se encontra em cima da mesa. Passando a palavra ao presidente da Direção da FPN, este esclareceu que o critério adjacente que foi sempre o mesmo, seguido, em anos olímpicos. Fundamentou cada uma das escolhas. O delegado Manuel Pereira sugeriu que a Câmara Municipal de Murtosa, dado que foi o primeiro centro de treinos gratuito, fosse homenageada com medalha sócio de mérito. O Presidente de Direção sugeriu que fosse a votação no ponto seguinte. O delegado Edgar Oliveira, sugere que a Associação de Natação do Distrito de Leiria com os seus 25 anos de vida, deva receber também uma medalha de mérito, dado que já fizeram o mesmo a outras câmaras, e sente que esta foi esquecida. O delegado Aníbal Pires sugere para ser homenageada a Gabriela Cierco ligada à natação sincronizada, e a todos aqueles que estiveram presentes nos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos lhes fosse atribuído a medalha de prata. O delegado Avelino Silva sugeriu o Governo Regional da Madeira para sócio de mérito, dado que em 2016 contribui para o sucesso do campeonato europeu de natação adaptada. O Presidente de Direção, pede a palavra e realça que estas foram as propostas da Direção, no entanto cada um dos delegados tem a liberdade, porque é assim que está definido estatutariamente, de propor outras distinções, não à Direção da FPN, mas sim em Assembleia Geral. Não faz sentido fazerem a proposta à Direção da FPN, para depois esta apresentar em AG. Passou-se à proposta da Direção com voto secreto. Delegado representante dos clubes do distrito de Santarém, Mário Pereira, pede a palavra e diz que subscreve todas as propostas realizadas pela Direção, mas questiona se são escolhas feitas apenas pela Direção ou por outros departamentos, nomeadamente direção técnica. O Presidente de Direção afirma que a escolha foi feita em sede de Direção e apenas pela Direção. O mesmo delegado sugere que no futuro, se faça uma proposta prévia relativamente a estas homenagens, para colmatar esta troca de informações. O Presidente de Direção concorda. Passou-se para a votação quanto aos votos de agradecimento, proposta feita pela Direção, à mesa da Assembleia Geral. Uma abstenção e 29 votos a favor. O Presidente da mesa da AG, sugeriu aos delegados que relativamente à votação quanto aos sócios de mérito e distinções honoríficas, que o fizessem o voto secreto, preenchendo os respetivos boletins e colocassem o respetivo boletim de voto na urna. O delegado Ricardo Sousa, perguntou ao Presidente de Direção o porquê da distinção do Nuno Lobo no polo aquático, e o mesmo explicou e agradeceu a lembrança. Enquanto a secretária da mesa da AG juntamente com a Dra. Marta Bastos avançavam com a contabilização dos votos, o presidente da mesa da AG, avançou com o voto não secreto, por se tratar de uma entidade, relativamente à Câmara Municipal da Murtosa, proposto pelo delegado Manuel Pereira, totalizando 07 abstenções, 0 votos contra e 23 votos a favor. Ficou aprovada por maioria a Câmara Municipal da Murtosa como sócio de mérito. Relativamente ao Governo Regional da Madeira, proposto pelo delegado Avelino Silva, esta votação totalizou 08 abstenções, 0 votos contra e 22 votos a favor, ficando aprovada para sócio de mérito o Governo Regional da Madeira. Relativamente á proposta do delegado Aníbal Pires, quanto a atribuir a medalha de prata a Gabriela Cierco, pediram para o mesmo explicar o porquê desta distinção dado que muitos têm receio de ser injustos por não conhecerem a pessoa. O delegado Mário Pereira, contestou dizendo que todos os delegados receberam atempadamente a proposta da Direção da FPN quanto às distinções, e como tal tiverem tempo para se pronunciar e/ou propor outras personalidades e/ou entidades. O

presidente da mesa da AG explicou que cabe ser em AG a respetiva eleição em voto secreto e que estatutariamente tem de ser recetivo a novas propostas, como o caso do delegado Aníbal Pires. O delegado Vítor Mavioso, insurge-se no sentido de achar que existem dois momentos diferentes, primeiro, a AG terá de aceitar ou não a proposta e depois votar a proposta. O delegado Aníbal Pires, fundamentou a sua escolha em relação a Gabriela Cierco, explicando o seu percurso desportivo.

O presidente da mesa da AG, retoma o discurso, respondendo ao delegado Vítor Mavioso, afirmando que em termos práticos, está omissos nos estatutos a inclusão ou não destas propostas. Desta forma, o presidente da mesa da AG, assumiu essa responsabilidade, ou seja, a aceitação das propostas anteriormente votadas e a da Gabriela Cierco também.

O presidente da mesa da AG, sugeriu passar ao ponto 5, enquanto se fazia a contabilização dos votos para a Gabriela Cierco.

O delegado Aníbal Pires, como se já havia inscrito, iniciou o ponto 5, "Diversos", partilhando que a Associação de Natação do Norte de Portugal (ANNP) é uma instituição legal e estatutariamente bem definida. Existe um CNA e vários CRA, e daí a ANNP, não aceita dois pesos e duas medidas na nomeação nacional de árbitros. Relata algumas faltas de rigor, nomeadamente nas incompatibilidades, ou seja, dois elementos que foram nomeados pelo CRA, mas que o CNA apenas alocou um, argumentando incompatibilidade. Ora não podemos agir assim, para que haja um bom entendimento tem de haver comunicação entre CNA e CRA. Há falta de comunicação entre o CNA e os Conselhos Regionais. Alerta para o facto de quando a ANNP toma a decisão de reclamar, receberam uma tentativa de explicação, que não explicou nada, porque assumiram que tinha existido uma consulta ao Conselho Jurídico (mas pelos vistos não aconteceu), dado que se existe incompatibilidade na natação pura, depois não existe na sincronizada, revelando-se uma enorme incoerência. A ANNP ainda tem meios para pagar a um fiscalista e a um jurista para avançar com um processo.

O delegado Aníbal Pires, agradece o facto de haver quem se preocupe com a saúde financeira da ANNP. Com insatisfação que a Associação de Natação do Norte de Portugal (ANNP) foi alvo de uma denúncia que anonimamente fizeram à Inspeção Geral de Finanças, supostamente com, dívidas de milhares de euros, por esta não ter declarado às Finanças, o pagamento que fez aos árbitros. Esquecem-se que temos um documento, totalmente legalizado e regularizado, a dizer que não existem dívidas. Para além do ato de cobardia que diz existir, irá tentar perceber de onde veio a denúncia e visto que não existe dívida nenhuma e estão legais, porque trabalham para isso. Leu a denúncia a todos os delegados, finalizando que de fato é estranho como é que ao mesmo tempo está a decorrer uma troca de opiniões entre a ANNP e o CNA, no que diz respeito à alocação de árbitros. Frisou que a ANNP, felizmente pode-se vangloriar por ter as contas todas em dia, e como "500% bairrista que é", vai responder tomando as respetivas diligências, porque quem escreveu esta denúncia, esqueceu-se que é ilegal, porque utilizaram dados que estão protegidos por lei. Termina agradecendo a todos aqueles que se preocupam com a saúde financeira da ANNP. O presidente da mesa da AG diz que aqui não há resposta, pois estão bem definidos nos estatutos os passos que devem seguir para uma situação destas, mas fica registado.

Segue-se o delegado João Paulo Fernandes a colocar uma questão e uma nota. Dado que existiu a votação para a Câmara Municipal da Murtosa e Governo Regional da Madeira, mas não houve votação para a Câmara Municipal de Leiria como o delegado Edgar Oliveira propôs. O Presidente da mesa da AG, diz que não foi votada. O mesmo delegado refere uma situação relacionada com a atribuição de medalhas aos escalões, aconteceu no distrital segundo o que está definido pela FPN. Acredita que esta situação, é "fazer pouco" das categorias. Ou seja, se um júnior fizer o melhor tempo, é este que ganha a medalha em sénior. Acredita que isto não motiva quem já tem uma carreira longa na natação. Antigamente eram atribuídos por escalões e depois o absoluto. Não faz sentido ser como está agora, senão acabemos com as categorias.

Tomou a palavra o delegado Luís Cameira, representante dos técnicos, que dirige um esclarecimento ao presidente de direção da FPN, no que diz respeito ao apoio aos técnicos. Afirma que recebeu uma circular em que um treinador que está com um nadador na categoria de elite e presentes em grandes eventos internacionais, teriam um apoio em 500 € para ajuda na formação. Havendo ontem uma reunião com o DTN, que informou que esse apoio poderia ser utilizado em deslocações para acompanhar os seus nadadores. Pretende um esclarecimento sobre este assunto.



Relativamente à questão levantada pelo delegado João Paulo Fernandes, o presidente de Direção diz que o escalão juvenil já não existe a nível europeu, de acordo com os critérios LEN e FINA. O que existe é o escalão Júnior que são em 4 anos, a FPN é que continua a manter o escalão de Juvenil, mas temos de estar subordinados ao regulamento LEN e FINA. Temos de estar subordinados a estes critérios. Uma juvenil pode ir a um campeonato da europa de juniores, este é o novo enquadramento. O regulamento que nós temos é o que decorre à LEN. Efetivamente pode existir uma atleta juvenil, que ganhe no seu escalão, em juniores e até em absoluto. Respondendo ao esclarecimento solicitado pelo delegado Luís Cameira, o presidente de Direção, afirma que aquilo que disse o DTN é exatamente aquilo que a Direção da FPN também diz, ou seja, estão previstos apoios de 500€/anuais aos técnicos que fazem parte da seleção nacional, para acompanhar os seus atletas, no apoio com a alimentação, deslocação e estadia, acreditando que isso faz parte da sua preparação enquanto treinadores. Isto é competições de referência como Jogos Olímpicos, campeonatos do mundo e campeonatos europeus em piscinas longas que é a aposta da FPN.

Passou-se a palavra ao delegado Vítor Raposo, relativamente à atribuição de medalhas, perguntando se os critérios definidos eram iguais aos anteriores. Onde o Presidente de Direção afirmou que sim. No entanto, o mesmo delegado realça a importância de saber quais os critérios para essa atribuição, para que não se caia na banalização de atribuição de prémios. Deu um exemplo relativamente à proposta da Associação de Nataçã de Leiria que conta já com 25 anos, e então as associações que têm 40, 50 e 60 anos? Receberam prémio? O Presidente da Direção afirma que não sabe se tiveram ou não. Se não há critérios passa a ser banalizado, mesmo em relação a outras situações de proposta como por exemplo os treinadores que trazem a Taça COMEN, e então os treinadores que têm 40 anos de carreira, que foram diretores técnicos, por exemplo. O presidente da mesa da AG diz que já pediu ao presidente da Direção da FPN para que aquando as propostas acompanhem com uma fundamentação previamente entregue aos delegados. Em relação ao que é proposto em AG, esta é soberana, ou se aceita ou não a proposta, aí terão de ser discutidas em AG.

O Presidente de Direção, propõem, que dado que vamos entrar num novo ciclo, elaborar um regulamento, que será entregue à mesa da AG, com estas propostas devidamente fundamentadas em relação aos critérios adjacentes à atribuição de homenagens, em que a mesma distribui pelos diferentes delegados, já com tudo definido. Assim balizamos os critérios e estamos todos em sintonia. É uma proposta da Direção à mesa da AG, se depois é aceite ou não, será discutido em AG. O presidente da mesa da AG aceitou a proposta, pois acredita que o fundamento pode ser vinculativo.

De seguida, tomou a palavra o delegado Vítor Mavioso, que pretende saber junto do presidente da mesa da AG, a razão da ata da última AG, sem estar ainda aprovada, já estava divulgada no site da FPN, desde os princípios de fevereiro 2017, assinada pelo presidente da mesa da AG e respetiva secretária. Se este procedimento está correto ou não.

O presidente da mesa da AG respondeu lembrando o delegado Vítor Mavioso, que como combinado, após a ata ser redigida, foi divulgada a todos os delegados para verificarem se estava em conformidade e recolher propostas. Aceitou-se algumas propostas e percebeu-se que estava em concordância com a gravação e efetivamente a ata foi assinada. No entanto, depois, fomos verificar que nos estatutos e regulamento geral estava omissos. Fomos aprofundar o processo, e verificou-se que o fundamento a vincular a aprovação das atas e de fato, este encontra-se no código do procedimento administrativo, onde diz que para ficar vinculativo, a ata tem de vir a AG seguinte. O que faltou nessa ata? A menção de que é sujeito a validação na AG seguinte Na nossa convicção estávamos corretos. No passado foram tomadas algumas decisões importantes, em que foi usado o procedimento da não votação da ata na AG seguinte, que implicou algumas decisões com um impacto económico e financeiro na FPN e que no caso de haver uma impugnação isso teria como consequências, pedir responsabilidades ao nível civil, criminal e financeira à Direção FPN. Ou seja por uma questão de correção, segurança dos atos, fica combinado que a ata provisória será divulgada no site da FPN, vindo posteriormente à aprovação na AG seguinte, conforme está no código do procedimento administrativo. O delegado Vítor Mavioso pergunta se a ata estava ou não indevidamente publicada no site, em que o presidente da mesa da AG disse que estava indevidamente, como estiveram as últimas atas dos últimos 2 anos e meio, assim como muitos atos praticadas pelas Direções anteriores há 3 anos atrás. Foi uma consequência prática, da

ata não ser ratificada nas AG seguintes. É fatural. O Presidente de Direção pediu para intervir, afirmando que existe uma questão prática que justifica tudo isto, que tem que ver com o fato de num prazo de 15 ter de apresentar ao IPDJ a respetiva ata. Propõe à mesa da AG, que haja um acordo tácito em que o envio da minuta seja enviado para quem tutela a FPN e posteriormente há uma ratificação. O presidente da mesa da AG concordou. \_\_\_\_\_

O delegado Mário Pereira, dá os parabéns ao atual presidente da Direção dado que conseguiu manter uma dinâmica e uma boa gestão financeira em situações de crise e que apresenta um resultado extraordinário, esperando que o dinheiro que sobra seja utilizado para o bom desenvolvimento da natação. Dirigiu a palavra ao presidente da mesa da AG, dando os parabéns pela forma como conduziu a questão da “carta aberta” enviada por um treinador, que nem sequer é delegado, que abusivamente utilizou os contatos dos delegados. O trabalho desenvolvido não agrada a gregos e troianos, no meio vai sempre existir quem não goste, mas também vão existir vitórias. \_\_\_\_\_

Outra questão prende-se com o fato de, apesar dos consecutivos esclarecimentos por parte da Direção da FPN, ainda não consegue compreender a questão da vinculação ao cartão da FPN/Fisiopartner. Impondo, por exemplo a obrigação da vinculação numa plataforma. A Associação de Natação de Santarém pediu de imediato esclarecimentos e depois de uma retificação, acredita que pode ser um bom projeto, mas que não consegue perceber o porquê do pedido de dados aos filiados, quando a própria FPN já os tem. Comercialmente poderá fazer sentido porque é isto que também interessa à FPN, mas a bom rigor não se percebe. Impor uma obrigatoriedade a menores, em que muitos não têm telemóveis que suportam a aplicação. E mais, não consegue perceber quantos atletas tem filiados. Pretende expressar o seu desagrado em relação a esta situação, porque acredita que tem de ter essa obrigatoriedade é a FPN e não o atleta, porque a FPN tem os dados de todos os atletas, delegados e treinadores. Este processo terá de ter mais informação, até para poder responder aos pais. \_\_\_\_\_

O Presidente de Direção da FPN respondeu, agradecendo, porque assim tem a oportunidade de esclarecer este tema. A FPN recebeu imensos pedidos de esclarecimento, inclusive da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Ou seja a FPN, após resposta à CNPD, esta, afirma que está no pleno direito de solicitar a obrigatoriedade na filiação deste cartão. Ou seja, a FPN pode solicitar os dados aos atletas, isto porque o cartão de cidadão, não substitui o cartão de filiação. A FPN pode e vai exigir o cartão de atleta em todas as competições. O cartão de cidadão não justifica nada em relação à sua filiação. A segunda questão que a CNPD deu razão à FPN que podia solicitar a outra entidade a emissão do cartão em determinadas condições, não obstante isso, a FPN reconhece que as duvidas levantadas são pertinentes. Ainda bem que tenho esta oportunidade de esclarecer, porque todos os portadores deste cartão poderão ter o acesso às competições, exatamente como decorre em competições internacionais (campeonatos da europa, do mundo, etc.), isto vai permitir entrarem só os filiados. Vai vetar a entrada de qualquer pessoa que não esteja devidamente filiada. Isto vai também no seguimento do esforço que a FPN tem feito na atualização tecnológica (exemplo disso são estes campeonatos nacionais).O sistema do cartão, vai ser incluído num processo de requalificação do sistema informático da FPN. Haverá um cartão para filiado e se pretenderem o cartão Fisiopartner, é colocar a respetiva subscrição. O Presidente de Direção da FPN informou a AG, que no futuro poderão ser cobradas em bilheteira as entradas em eventos nacionais e internacionais, sendo que os atletas com os cartões de filiados não pagam, os restantes poderá ser cobrados um custo. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o delegado José Nóbrega, que em jeito de síntese, fez uma apelo a todos os presentes para que não lhe enviassem cartas abertas, nem nada relacionado com esse assunto. \_\_\_\_\_

O delegado Mário Pereira colocou a questão de que forma poderá saber quantos atletas no clube tem filiados, em que o Presidente de Direção da FPN, informou era suficiente enviar um mail diretamente a solicitar essa informação à FPN.

O delegado Vítor Mavioso afirma que no comunicado a partir de 1 de março afirma que é obrigatório a vinculação do cartão. O Presidente de Direção da FPN afirma que não foi um comunicado, mas sim uma circular, e a partir do 2º semestre. No entanto, como não estava claro para todos, irá surgir uma nova circular no seguimento da primeira, a informar da competição correta em que isso vai ser obrigatório. \_\_\_\_\_

O presidente da mesa da AG informa que de todas as propostas feitas pela Direção da FPN, houve um mínimo de 73% de votos favoráveis. A proposta foi votada por maioria. \_\_\_\_\_

Relativamente à votação da proposta do delegado Aníbal Pires, totalizou-se, 8 abstenções, 6 votos contra e 16 votos a favor. A proposta da Gabriela Cierco para medalha de prata foi aprovada por maioria. \_\_\_\_\_

O presidente da mesa da AG voltou à questão da proposta do delegado Edgar Oliveira, mas este afirmou que não foi uma proposta, mas sim uma chamada de atenção. Logo não se procedeu à votação. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da AG questionou se haveria mais alguma questão. \_\_\_\_\_  
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca da meia-noite e vinte cinco minutos, dando os parabéns a todos pela excelente performance. No final a delegada Maria Helena Carmo entregou junto da mesa da Assembleia Geral uma intenção de voto, a explicar os motivos pelos quais votou contra o relatório de contas de 2016 (anexo a esta ata). \_\_\_\_\_

Dos trabalhos foi efetuada a gravação dos mesmos, que ficará em arquivo no servidor da FPN. Foi ainda lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa, sendo formalmente validada na Assembleia Geral seguinte. \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Alberto Mota Borges

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral



Alexandra Jorge